



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2011

O Presidente da Câmara Municipal de Jataí, no uso de suas atribuições legais, torna público que, a partir do dia **09/03/2011**, fará, na Câmara Municipal de Jataí - GO, nesta cidade, na Praça da Bandeira, 96 - Centro, perante a Comissão Permanente de Licitação, o CREDENCIAMENTO de empresas de comunicação para prestação de serviços de divulgação e publicação dos atos oficiais da Câmara Municipal de Jataí.

Os serviços a serem prestados pelas Contratadas compreendem as atividades de divulgação e publicidade de programas e campanhas educativas sobre as atividades da contratante, leis, convênios, atos e contratos administrativos, com a finalidade de dar cumprimento ao princípio constitucional da publicidade e as disposições contidas no § 1º, do art. 37, da Constituição Federal, para o ano de 2011, desenvolvidos pela Câmara Municipal de Jataí, conforme especificações e condições constantes no Edital.

O Edital com todas as exigências e condições encontra-se à disposição no site oficial da Câmara Municipal de Jataí no endereço: www.camarajatai.go.gov.br e no mural de costume deste legislativo, no endereço supracitado, onde os interessados poderão adquiri-lo, bem como obter maiores informações e esclarecer dúvidas, no horário das 13:00 às 17:00 horas, inclusive por telefone.

1- DO OBJETO:

A licitação tem como objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ.**

1.1 - Os serviços a serem prestados pela Contratada compreendem as atividades de divulgação e publicidade de programas e campanhas educativas sobre as atividades do poder contratante, leis, convênios, atos e contratos administrativos, com a finalidade de dar cumprimento ao princípio constitucional da publicidade e as disposições contidas no § 1º, do art. 37, da Constituição Federal, para o ano de 2011, fornecidas pela Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal, conforme especificações e condições constantes no Edital.

1.2 - ESPECIFICAÇÃO: O credenciamento dar-se-á para publicação de todos os atos públicos, conforme discriminação de textos ou outros meios, encaminhados e aprovados pela Assessoria de Comunicação deste órgão.

2 - DO PRAZO

2.1 - O prazo do credenciamento vigorará até 15 de dezembro de 2011 com início na data da assinatura do Termo de Credenciamento, com suspensão dos serviços no mês de julho/2011, em virtude do recesso parlamentar, podendo ser



prorrogado, se houver interesse público nos termos da lei 8.666/93.

2.2 - Os participantes habilitados e interessados serão convocados para assinar o Termo de Credenciamento, de conformidade com as exigências constantes deste Edital e a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

3.1 - O pagamento será efetuado em cada mês subsequente à apresentação da nota fiscal, que deverá ser obrigatoriamente acompanhada de um exemplar da matéria veiculada (fita de vídeo, fita cassete, cd, jornal etc), bem como cópia da requisição de autorização para publicação, assinada pelo representante designado pelo Presidente da Câmara – Chefe da Assessoria de Imprensa, após a entrada do pedido na Sessão de Contabilidade da Câmara Municipal de Jataí.

3.2 - O pagamento será efetuado com base nos valores praticados e autorizados para metragem de espaço ocupado, tempo de duração da publicidade ou quantidade de inserções, de tamanho das fotos, setor de abrangência, conforme tabela constante do Anexo I deste edital.

3.3 – O recurso orçamentário está consignado na seguinte rubrica: 33.90.39/47 – Serviços de Terceiros PJ/Serviços de Comunicação em Geral.

4 - DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

4.1 - Os preços dos valores pagos serão fixos, não sujeitos a reajustamento durante a vigência, salvo se houver prorrogação, hipótese em que serão reajustados, pelo INPC, apurado no período.

4.2 - Fica desde já estabelecido que o Poder Público não se responsabiliza por nenhum fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, não havendo, desta feita, nenhuma responsabilidade do Poder Público, que se compromete apenas em pagar os preços estabelecidos conforme cláusula 3.2., deste edital.

5 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

5.1) Poderão participar da presente licitação:

5.1.1) qualquer empresa jornalística, de publicidade e propaganda, legalmente estabelecida no país, desde que comprove a circulação no Município e região, com regularidade de seu produto de divulgação jornalística em jornal, rádio ou



televisão, respeitadas as demais condições legais e as constantes deste Edital;

5.1.2) Qualquer empresa do ramo de fotografias.

5.2) Não poderá participar da presente licitação:

5.2.1) empresa declarada inidônea por ato do poder público;

5.2.2) empresa cujos dirigentes, gerentes, sócios e responsáveis técnicos, que na data do ato convocatório, seja servidor do Município de Jataí (administração direta ou indireta);

5.2.3) empresa que tenha deixado de cumprir compromissos técnicos e financeiros anteriores com a Administração Pública do Município de Jataí, ou com outras empresas da Administração Pública, ou ainda, tenha incorrido nas sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei 8.666/93;

5.2.4) empresa impedida de transacionar com a Administração Pública ou qualquer dos seus órgãos descentralizados.

5.2.5) empresa que não for estabelecida no território nacional.

5.3) A licitante deverá obter o Edital e seus anexos no endereço citado no preâmbulo deste.

5.4) A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da documentação de credenciamento submete a licitante a aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento integral do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

5.5) No presente feito licitatório somente poderá manifestar-se, em nome da licitante, a pessoa por ela credenciada. Entende-se como credenciada a pessoa indicada em procuração ou em carta de apresentação dos documentos ou, ainda, o sócio ou dirigente da licitante, condição esta que deverá ser documentalmente comprovada perante a Comissão de Licitação.

6 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS CONDIÇÕES TÉCNICAS:

6.1) No período e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, a Comissão de Licitação receberá das pessoas interessadas a documentação referente à habilitação e às condições técnicas.

6.2) Todas as folhas deverão ser assinadas por quem de direito da licitante.

7 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1) SÃO DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PARTICIPAÇÃO NESTA LICITAÇÃO:

7.1.1) RELATIVAMENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1.1 - registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no



caso de empresa individual;

7.1.1.b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.1.c) inserção do ato constituinte, no caso de sociedade, acompanhado de provas da Diretoria em exercício.

7.1.2 - RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

7.1.2.1- prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ);

7.1.2.2 - prova de regularidade relativa à seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.1.2.3 - prova de regularidade para com a Fazenda, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

7.1.3 - Apresentação de declaração firmada pelo responsável legal da empresa que a mesma não possui em seu quadro de empregados menor de 16 (dezesesseis) anos, nos termos da Lei n. 9.854, de 27.10.99;

7.1.4 - caso a(s) certidão(ões) expedida(s) pela(s) Fazenda(s), Estadual, Municipal, seja(m) POSITIVA(S), a(s) mesma(s) somente será(ão) aceita(s), para efeito de habilitação, se contiver(em) expressamente declaração passada pelo órgão emitente do documento, que o interessado (licitante) tomou as medidas de praxe, a, obter o(s) efeito(s) NEGATIVO(S) nos termos do art. 206 do C.T.N.

7.1.5) Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, perfeitamente legíveis, autenticada por cartório competente.

7.2) DO PRAZO DE VALIDADE: A validade das certidões exigidas neste capítulo corresponderá ao prazo firmado nos próprios documentos. Caso as certidões não contenham expressamente o prazo de validade, a Administração Pública de Jataí convencionou o prazo como sendo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

8 - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

8.1) O julgamento desta fase cingir-se-á à verificação dos documentos apresentados conforme exigência constante deste Edital.

8.2) Será inabilitada a licitante que não apresentar a documentação exigida, ou apresentá-la de forma irregular ou incompleta.

8.3) Será consignada em ata a manifestação dos licitantes em interpor



recurso, bem como, as suas desistências.

9 - DA APRESENTAÇÃO TÉCNICA

9.1) DA APRESENTAÇÃO. A apresentação técnica consistirá na comprovação da empresa em possuir condições reais e específicas para o cumprimento da prestação de serviços para a qual está solicitando credenciamento.

9.2) A proposta técnica deverá conter:

9.2.1) indicação do número deste credenciamento;

9.2.2) razão social, endereço e CNPJ da proponente.

9.2.3) declaração de que se submete às condições de pagamento e outras definidas pelo presente edital;

9.2.4) declaração de que a empresa é responsável por todas as incidências fiscais e tributárias oriundas do desempenho da respectiva prestação de serviços;

9.2.5) declaração de que a empresa possui capacidade técnica para a execução dos serviços contratados.

9.3) Não serão consideradas as documentações apresentadas por telex, telegrama, fax ou via postal, em nenhuma situação.

10 - DO JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

10.1) Somente serão procedidas as avaliações técnicas das licitantes que tiverem sido habilitadas.

10.2) As avaliações técnicas serão rubricadas pela Comissão Julgadora e por todos os licitantes presentes ou representados, na presença do Presidente da Comissão.

10.3) O julgamento das propostas será composto da verificação da apresentação de todos os documentos exigidos neste Edital, atendidas as características do objeto.

10.4) Após o exame de todas as avaliações técnicas, a Comissão divulgará o nome de todas as empresas que foram credenciadas.

10.5) Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital.

10.6) Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.



11 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

11.1) Após o término da fase de classificação, com o julgamento de todos recursos contra ela interpostos, a Comissão Julgadora submeterá, mediante Relatório Final, o resultado do Credenciamento à deliberação e homologação do Presidente da Câmara Municipal de Jataí.

11.2) A adjudicação do objeto deste Edital será feita a todos os licitantes classificados em cada procedimento, nos termos do Relatório Final da Comissão de Licitação, após a homologação referida no item anterior e a ele será dado conhecimento mediante expressa comunicação.

11.3) O(s) participante(s) habilitado(s), após a homologação, será(ão) notificado(s) para assinatura do termo de credenciamento de acordo com as normas vigentes.

11.4) O não comparecimento do(s) participantes habilitado(s) para assinatura do termo de credenciamento, impede o licitante a promover a execução de serviços e demais procedimentos com a Administração Pública.

12 - DOS RECURSOS

12.1) Os recursos interpostos às decisões proferidas pela Comissão de Licitação, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei N° 8.666/93, nos casos de:

- 12.1.1) habilitação ou inabilitação do licitante;
- 12.1.2) julgamento de avaliação técnica.

12.2) Caberá representação, no prazo de 5(cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico;

12.3) A intimação dos atos referidos no item 12.1 será feita mediante publicação em imprensa oficial, salvo para os casos previstos nos subítemos 12.1.1 e 12.1.2, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

12.4) O recurso previsto nos subítemos 12.1.1 e 12.1.2 terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir o mesmo efeito aos demais recursos.

12.5) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.6) O recurso previsto nos subítemos 12.1.1 e 12.1.2 será dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Jataí, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

12.7) Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- 12.7.1) serem digitados e devidamente fundamentados;
- 12.7.2) serem assinados pelo representante legal da licitante.



13 - DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

13.1) O TERMO DE CREDENCIAMENTO, que obedecerá ao disposto na Lei Nº 8.666/93 e o presente Edital, e deverá ser assinado pelas empresas adjudicatórias no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da referida Lei de Licitações.

13.2) O prazo de vigência deste contrato será o estabelecido na cláusula 2.1., deste edital, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

14 - DAS PENALIDADES

14.1) Os habilitados serão convocados logo após a adjudicação para assinatura do termo de credenciamento;

14.1.1) Os habilitados que não comparecerem no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para assinatura do termo de credenciamento perderá o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

14.1.2) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por período igual ao inicialmente estabelecido, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

14.2) O não comparecimento de um dos habilitados para assinatura do termo de credenciamento, no prazo estabelecido no item anterior, além da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/03, não impede a Câmara Municipal de firmar termo de credenciamento com os demais habilitados.

15 - DO PAGAMENTO

15.1) O pagamento será feito mediante apresentação da nota fiscal que deverá ser acompanhada da requisição, até 05(cinco) dias após a entrega da referida nota fiscal, onde deverá estar em anexo um exemplar da matéria veiculada (fita de vídeo, fita cassete, cd, jornal etc).

15.2) Para recebimento de suas faturas, a credenciada deverá apresentar prova de quitação ou regularidade dos encargos previdenciários que porventura incidirem sobre esta contratação, sob pena de interrupção dos pagamentos a serem efetuados.

16 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

16.1) DAS CREDENCIADAS:

16.1.1) arcar com a remuneração e os demais encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, decorrentes da prestação de serviços, inclusive seguro cobrindo "riscos diversos", além de taxas e impostos, sem nenhum ônus para a contratante;

16.1.2) responder por quaisquer danos causados por seus empregados a terceiros, por si e/ou prepostos;

16.1.3) disponibilizar e distribuir o jornal ou impresso em que a matéria estiver veiculada, na cidade ;



16.1.4) proceder, às suas expensas, a aquisição de todos os equipamentos, materiais e produtos necessários à prestação do serviço proposto;

16.1.5) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da prestação de serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

16.1.6) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.1.7) somente promover a publicação de atos oficiais, com autorização expressa do responsável devidamente designado pelo Presidente da Câmara Municipal – Chefe da Assessoria de Comunicação, sob pena de não ser promovido o seu pagamento.

16.1.8) veicular a matéria autorizada em rádio, ou publicidade ambulante, conforme determinado na ordem de serviço.

16.1.9) apresentar amostras das fotos para escolha a ser realizada pela Assessoria de Comunicação;

16.2) DO CONTRATANTE:

16.2.1) efetuar o pagamento na forma e prazo previsto no credenciamento;

16.2.2) acompanhar e fiscalizar pela comissão designada pelo Presidente da Câmara, a prestação do serviço, atendendo todas as exigências constantes deste edital;

16.2.3) encaminhar à credenciada, o material de publicação com antecedência mínima de 12 (doze) horas, de circulação do respectivo jornal ou no caso de radiodifusão, televisiva ou outra, conforme solicitação da Câmara Municipal;

16.3) A inadimplência da Credenciada, com referencia aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

17 - DA ANÁLISE TÉCNICA

17.1) A Comissão de Licitações da Câmara Municipal fará análise técnica de todos os jornais e fotos disponibilizados pelas licitantes, onde se verificará:

a) constatação de circulação regular no Município ou região, há no mínimo 3 (três) meses de circulação ininterrupta (através da apresentação dos exemplares para verificação), com uma tiragem disponibilizada por, no mínimo, 2.000 exemplares;

b) qualidade de impressão do tipo offset ou tipografia de boa qualidade;

c) verificação de ser o instrumento de veiculação considerado jornal e, não, informativos, tablóides comerciais, ou qualquer outro meio de comunicação que não seja considerado imprensa escrita, nos termos da lei, sendo ainda vedada os instrumentos jornalísticos considerados imprensa clandestina.

d) Audiência da emissora, rádio ou retransmissora, compatível com os valores a serem pagos pela Câmara;

e) Alcance do veículo de publicidade volante.



f) qualidade das fotos e materiais fotográficos;

17.2) O resultado desta análise técnica será transcrito em um relatório assinado por todos os membros da respectiva comissão, e será utilizada pela Comissão de Licitação para fins de julgamento final do processo licitatório.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1) O credenciamento previsto neste Edital será público e acessível ao público, em todos os atos de seu procedimento, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, sob pena de se tomarem as medidas coercitivas cabíveis.

18.2) Todos quantos participem deste processo de credenciamento tem direito público subjetivo à fiel observância de seu procedimento, regulamentado por este Edital e pela Lei Federal no. 8.666/93.

18.3) Qualquer pedido de esclarecimento quanto a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser dirigido à Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

18.3.1) Em não havendo pedidos de esclarecimentos, presumir-se-ão claros e precisos os termos e condições do Edital, não se admitindo posteriores reclamações quanto à interpretação.

18.4) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 5(cinco) dias úteis à partir da data de sua publicação.

18.5) Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital perante esta Administração o licitante que não proceder em conformidade com o item anterior.

18.6) A licitante que injustificadamente se insurgir contra a decisão de comissão de licitação ou autoridade superior, quer por meio da interposição de recurso administrativo ou ação judicial, fica desde logo, ciente de que acaso seja o seu pedido indeferido, será acionada, judicialmente para reparar os danos causados à Câmara Municipal de Jataí.

18.7) Qualquer modificação no Edital será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.8) O Presidente da Câmara Municipal de Jataí poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.9) Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas e dirimidas com base na Lei 8.666/93.

18.10) O presente Edital, com todos seus elementos constitutivos, poderá ser obtido pelos interessados no site oficial da Câmara Municipal de Jataí, pelo endereço eletrônico: www.camarajatai.go.gov.br

18.11) Faz parte integrante deste Edital:

a) Anexo I – planilha de valores para veiculação da matéria a ser promovido pela Câmara Municipal de Jataí.



- b) Anexo II - Exigências que devem ser cumpridas pela licitante;
- c) Anexo III - a Minuta do Termo de Credenciamento;
- d) Anexo IV- Modelo de Carta de Credenciamento;
- e) Anexo V – Modelo de Declaração
- f) Anexo VI- Modelo de Declaração
- e) Anexo VII- Declaração de Capacidade Técnica.

Município de Jataí-GO, 09 de março de 2011.

Simone Roveda de Lima de Melo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Eula Alves Costa
Membro

Keyner Pereira Martins
Membro



ANEXO I

Processo de Credenciamento nº 001/2011

Edital nº: 01/2011

Tipo: Melhor Técnica

Objeto: Credenciamento de empresas de comunicação para prestação de serviços de divulgação e publicação dos atos oficiais da Câmara Municipal de Jataí, conforme tabela de valores a serem pagos pelo Poder Legislativo, conforme previsão orçamentária própria:

SERVIÇOS	PREÇOS A SEREM PAGOS MENSALMENTE
Veiculação diária de notícias, cobertura de sessões e outras atividades e entrevistas com vereadores (duas por mês para cada parlamentar) em Televisão	R\$ 3.500,00
Veiculação diária de quatro textos de 30 segundos cada, relativos às atividades da Câmara em rádio	R\$ 550,00
Veiculação diária de quatro textos de 30 segundos cada, relativos às atividades da Câmara e entrevistas (uma por mês), de três minutos cada, com vereadores em rádio	R\$ 760,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de uma página inteira por mês em revista mensal com mais de 20 páginas	R\$ 760,00
Veiculação de textos e entrevistas com vereadores em mais de um programa diário no rádio	R\$ 3.000,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em jornal quinzenal formato standard	R\$ 830,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em jornal mensal formato germânico	R\$ 350,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em jornal quinzenal formato germânico	R\$ 415,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em revista mensal com	R\$ 550,00



CÂMARA MUNICIPAL

PODER LEGISLATIVO

Jataí - GO

mais de 20 páginas	
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em revista mensal com menos de 20 páginas	R\$ 500,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara de um quarto de página por mês em jornal mensal formato standard	R\$ 700,00
Veiculação de publicação institucional da Câmara em sites da Internet	R\$ 760,00



ANEXO II

EXIGÊNCIAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS PELA LICITANTE PARA SER CONSIDERADA APTA À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A licitante deverá comprovar em cada caso o seguinte:

- a) que o jornal tem circulação regular no Município e região, com uma tiragem disponibilizada por Município de, no mínimo, 2.000 exemplares,
- b) que comprove atingir, no mínimo, 5 % da população local, através de declaração de veracidade, assinada pelo sócio-diretor, sob as penas da lei;
- c) qualidade de impressão do tipo off set ou tipografia de boa qualidade; verificação de ser o instrumento de veiculação considerado jornal, e não informativos, tablóides comerciais, ou qualquer outro meio de comunicação que não seja considerado imprensa escrita, nos termos da lei, sendo ainda vedada os instrumentos jornalísticos considerados imprensa clandestina.
- d) audiência da emissora, rádio ou retransmissora, compatível com os valores a serem pagos pelo Município;
- e) alcance do veículo de publicidade volante.
- f) qualidade das fotos e materiais fotográficos



ANEXO III – Minuta do Termo de Credenciamento

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2011

Processo de Credenciamento nº. 001/2011
Edital nº.001/2011

CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO.

CONTRATANTE- A CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ, inscrita no CNPJ sob nº 24.858.805/0001-39, com sede em Jataí-GO, estabelecida na Praça da Bandeira, s/n, Centro – Jataí-GO, neste ato apresentada por seu Presidente, vereador **Geovaci Peres de Castro**, brasileiro, casado, portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. _____, com sede na _____, doravante denominada de CREDENCIADA, convencionam o Credenciamento da empresa de comunicação para prestação de serviços de divulgação e publicação dos atos oficiais da Câmara Municipal de Jataí, para o exercício de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA-OBJETO

O presente termo tem por objeto, o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ, a saber: programas e campanhas educativas sobre as atividades do órgão contratante, leis, convênios, atos e contratos administrativos, com a finalidade de dar cumprimento ao princípio constitucional da publicidade e as disposições contidas no § 1º, do art. 37, da Constituição Federal, para o ano de 2011, fornecidas pela Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS DA EXECUÇÃO

3.1 - A CONTRATADA obriga-se a executar o presente contrato, observando o estabelecido nos documentos abaixo relacionados, que constituem parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição:

3.1.1- Credenciamento nº 001/2011

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO.

4.1 – O presente contrato possui valor global estimado de R\$ _____, sendo que sua duração vigorará até o dia 15/12/2010, com suspensão no mês de julho/2011, devido ao recesso parlamentar.

4.2 - Os preços dos valores pagos serão fixos, não sujeitos ao reajustamento durante a



vigência, salvo se houver prorrogação, hipótese em que serão reajustados pelo INPC apurado no período.

4.3 - O pagamento será efetuado em cada mês subsequente à apresentação de nota fiscal, que deverá ser obrigatoriamente acompanhada de um exemplar da matéria veiculada (fita de vídeo, fita cassete, cd, jornal, etc...), bem como, cópia da requisição de autorização para publicação, assinada pelo representante designado pelo Presidente da Câmara: Chefe da Assessoria de Comunicação, após a entrada do pedido na Seção de Contabilidade da Câmara Municipal de Jataí.

4.4 - O pagamento será efetuado com base nos valores praticados e autorizados pela comissão delegada pelo Presidente da Câmara para controle e acompanhamento da prestação dos serviços e metragem de espaço utilizado, tempo de duração da publicidade ou quantidade de inserções, de tamanho das fotos, conforme Autorização de Serviço emitida pela Contratante.

4.5 - O valor estimado no contrato representa o montante total que poderá ser gasto com o veículo de imprensa. A assinatura do credenciamento não gera o direito ao recebimento total dos valores estimados.

4.6 - O pagamento será feito exclusivamente em relação aos serviços que forem expressamente solicitados ou autorizados pela Câmara Municipal, de acordo com seu juízo de conveniência e oportunidade.

CLÁUSULA QUINTA-PRAZO.

5.1 - O prazo do credenciamento vigorará até 15 de dezembro de 2011, com início na data da assinatura do Termo de Credenciamento, e suspensão no mês de julho/2011, podendo ser prorrogado, se houver interesse público, nos termos da Lei 8.666/93.

5.2 - Os participantes habilitados serão convocados para assinar o Termo de Credenciamento, de conformidade com as exigências constantes deste Edital e a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS.

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 33.90.39/47 – Serviços de Terceiros/Serviços de Comunicação em Geral.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS CREDENCIADAS:

7.1) arcar com a remuneração e os demais encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, decorrentes da prestação de serviços, inclusive seguro cobrindo "riscos diversos", além de taxas e impostos, sem nenhum ônus para o contratante;

7.2) responder por quaisquer danos causados por seus empregados a terceiros, por si e/ou prepostos;

7.3) disponibilizar e distribuir o jornal em que a matéria estiver veiculada, na cidade no mesmo dia de sua circulação, garantindo o mínimo de exemplares estabelecidos na Autorização de Serviços emitida pela Contratada;

7.4) proceder, às suas expensas, a aquisição de todos os equipamentos, materiais e produtos necessários à prestação do serviço proposto;



7.5) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da prestação de serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

7.6) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.7) somente promover a publicação de atos oficiais, com Autorização expressa do responsável devidamente designado pelo Presidente da Câmara Municipal: Chefe da Assessoria de Comunicação, sob pena de não ser promovido o seu pagamento.

7.8) veicular a matéria autorizada em rádio, ou publicidade ambulante, conforme determinado na ordem de serviço.

7.9) apresentar amostras das fotos para escolha a ser realizada pelo departamento de Imprensa;

7.10) DO CONTRATANTE:

7.10.1) efetuar o pagamento na forma e prazo previsto no credenciamento;

7.10.2) acompanhar e fiscalizar pela comissão designada pelo Presidente da Câmara Municipal de Jataí, a prestação do serviço, atendendo todas as exigências constantes deste edital;

7.10.3) encaminhar a credenciada, o material de publicação com antecedência mínima de 12 (doze) horas, de circulação do respectivo jornal ou no caso de radiodifusão, televisiva ou outra, conforme solicitação da Câmara;

7.10.4) A inadiplência da Credenciada, com referencia aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES.

Qualquer modificação de forma, qualidade e quantidade (supressão ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo, poderá ser determinado pela Contratante, através de termo aditivo atendido o disposto nos arts. 57 e 65 da Lei No. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA - MULTAS

Sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Seção II, do Capítulo IV da Lei No. 8.666/93 a contratada poderá incorrer nas seguintes multas:

a) 1 % (um por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso nas entregas dos produtos e/ou se deixar de cumprir uma das cláusulas do respectivo contrato;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, se por culpa da contratada for o mesmo rescindido, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores acima mencionados serão atualizados à época da inflação contratual.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O valor referente às multas, será descontado do pagamento a que fizer jus a contratada.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - As multas previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



10.1) O credenciamento poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte da contratante, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados nos artigos 77 e seguintes da Lei Nº. 8.666/93.

10.2) Os casos omissos, assim como as dúvidas serão resolvidas com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

10.3) Fica eleito o Foro da Comarca de Jataí/GO para dirimir as questões desta contratação que de outra forma não sejam solucionadas.

E por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os efeitos legais, perante 2 (duas) testemunhas.

Jataí/GO, _____

Geovaci Peres de Castro
Presidente da Câmara Municipal de Jataí-GO

Credenciada

TESTEMUNHAS:

Nome
CPF

Nome
CPF



ANEXO IV

CREDENCIAL

CREDENCIAMENTO 001/2011

Nome da empresa _____

Através desta, credenciamos a pessoa abaixo qualificada, concedendo-lhe todos os poderes necessários para representar esta empresa neste processo de credenciamento (CREDENCIAMENTO 001/2011), perante a CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO.

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

Jataí-GO, ____/____/____

Nome e Assinatura do Diretor ou Sócio Gerente

Carimbo da empresa



ANEXO V DECLARAÇÃO

CREDENCIAMENTO 001/2011

A empresaatravés de seu representante legal, Sr.(a)..... RG....., (cargo na empresa: Diretor, Sócio Gerente, etc.)....., **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE do credenciamento instaurado pela Câmara Municipal de Jataí-GO, N° 001/2011 que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha a alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, ou regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira desta empresa.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Jataí-GO, ____/____/____

Nome e Assinatura do Diretor ou Sócio Gerente

Carimbo da empresa



ANEXO VI

DECLARAÇÃO

CREDENCIAMENTO 001/2011

A empresaatravés de seu representante legal, Sr.(a)..... RG....., (cargo na empresa: Diretor, Sócio Gerente, etc.)....., **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE Do credenciamento instaurado pela Câmara Municipal de Jataí-GO, na modalidade Convite N° 001/2011 que não possui empregados menores de (dezesseis) anos e tampouco menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, na forma da proibição contida no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Jataí-GO, ____/____/____

Nome e Assinatura do Diretor ou Sócio Gerente

Carimbo da empresa



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CREDENCIAMENTO 001/2011

A empresaatravés de seu representante legal, Sr.(a)..... RG....., (cargo na empresa: Diretor, Sócio Gerente, etc.)....., **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE do credenciamento instaurado pela Câmara Municipal de Jataí-GO, na modalidade Convite N° 001/2011 que possui capacidade técnica adequada à execução do objeto do contrato.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Jataí-GO, ____ / ____ / ____

Nome e Assinatura do Diretor ou Sócio Gerente

Carimbo da empresa